

Reunião de Conselho Geral

Ata n.º 16

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, na Sala de Reuniões, reuniu o Conselho Geral da Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, sob a presidência da professora Catarina Peixinho, com a seguinte ordem do dia:-----

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;-----
2. Tomada de posse de novos conselheiros;-----
3. Aprovação do mapa de férias do diretor;-----
4. Aprovação/ratificação dos documentos relativos ao Mecanismo Nacional Anticorrupção;-----
5. Aprovação do Relatório de Contas de Gerência do ano civil de 2024;-----
6. Informações.-----

Não estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros: António Paulo Santos e Carlos de Figueiredo.-----

Quanto ao ponto um da ordem do dia, foi lida a ata da reunião anterior e aprovada por todos os presentes nesta reunião.-----

Quanto ao ponto dois da ordem do dia, tomou posse o conselheiro Carlos Filipe, representante dos alunos.-----

Quanto ao ponto três da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade o mapa de férias do diretor.-----

Quanto ao ponto quatro da ordem do dia, o diretor começou por contextualizar o processo:-----

No dia vinte e cinco de novembro as escolas viram-se confrontadas com a necessidade imperiosa de implementar o referido mecanismo até ao último dia do ano de dois mil e vinte e quatro, sob pena da aplicação de coimas elevadíssimas. A propósito desta temática e uma vez que as escolas não tiveram formação por parte de qualquer serviço do MECI relativamente à implementação do respetivo decreto-lei, nem tem meios financeiros para a implementação dos canais previstos, foram efetuados os seguintes atos:-----

Reunião do Conselho de Diretores do distrito de Coimbra no dia dois de dezembro;-----

Pedido de apoio à DGEstE em vinte de dezembro, solicitando o prolongamento do prazo e o reforço dos orçamentos das escolas de modo a poderem contratualizar, externamente, formação e serviços de apoio;-----

Informação à ANDAEP que por sua vez solicitou ao MENAC a realização de webinários explicativos e a prorrogação do prazo, o que veio a acontecer. Em notícia colocada no sítio do MENAC em vinte de dezembro, foram as escolas informadas da prorrogação do prazo até catorze de fevereiro;-----

Envio ao senhor Ministro da ECI de um documento assinado por trinta e um diretores do distrito de Coimbra, harmonizado em reunião, solicitando apoio jurídico para a implementação do MENAC;-----

Nova reunião de Diretores em nove de janeiro;-----

Adicionalmente as escolas têm recebido propostas de entidades privadas a proporem os seus serviços para a criação e implementação de planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), códigos de conduta, programas de formação e canal de denúncias (valores de alguns milhares de euros).-----

Não tendo havido resposta da tutela, DGEstE e MECI, o Conselho Administrativo, reunido no início do mês de fevereiro, entendeu que, havendo possibilidade de conceber os documentos recorrendo a recursos humanos próprios (mesmo em tempo curto), significaria uma poupança elevada em alguns milhares de euros.-----

O Conselho Administrativo, em reunião extraordinária de catorze de fevereiro, aprovou o Sistema-de-Controlo-Interno, Código de Conduta Anticorrupção e Infrações-Conexas e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2025-2027.-----

A escola submeteu o processo nesse mesmo dia catorze de fevereiro tendo neste momento o Portal da Transparência ativado.-----

No site da escola estão disponíveis os documentos em pdf, bem como um canal de denúncias.-----

O Conselho Geral concordou com a tramitação processual desenvolvida pela escola, lamenta a falta de participação e acompanhamento pela tutela, reconhece o esforço da Direção no sentido de articular práticas e entendimentos com as outras escolas do distrito de Coimbra e na solicitação de apoio aos órgãos tutelares educativos, ratificando o processo desenvolvido e entretanto finalizado.-----

Quanto ao ponto cinco da ordem do dia, o diretor refere não entender quais os motivos de entrega de valor tão baixo por parte do POCH quando as verbas aprovadas para o Curso Profissional de Instrumentista de Jazz são muito superiores, colocando em causa o normal funcionamento do curso. O conselheiro Rui Lúcio referiu que houve alunos a ponderar desistir do curso pela falta dessa verba. O Relatório de Contas de Gerência do ano Civil de 2024 foi aprovado pela totalidade dos dezanove conselheiros presentes.-----



Quanto ao ponto seis da ordem do dia, a conselheira Maria João Feio manifestou as preocupações dos encarregados de educação dos alunos de teatro, uma vez que estes se têm deslocado para a escola à chuva. Referiu que a sala B2 por vezes não se encontra disponível e que seria útil colocar panos pretos para melhor funcionamento das aulas. Problematizou ainda sobre a necessidade de encontrar soluções para estas questões no sentido de evitar que o curso de teatro encerre. O conselheiro Lúcio Pratas referiu que seria desejável ter a oferta do curso de teatro no nosso complexo escolar, mas que isso é impossível por não haver espaços físicos suficientes, referindo casos concretos de limitação de espaços, nomeadamente, dos ginásios; indicou ainda que a única solução seria remover duas turmas do ensino articulado de música, o que, no seu entender, não é desejável. O diretor informou que deu indicação para que as aulas do curso de teatro funcionem na Escola Alice Gouveia nestas situações. Referiu também que a sala B2 pertence à Escola Básica e Secundária Quinta das Flores (EBSQdF) e que se poderá tentar encontrar soluções que permitam acolher estas preocupações em articulação com a direção da EBSQdF. A conselheira Ana Cristina Pereira constatou que a direção não conhece a implementação do plano de transportes. A presidente referiu que a solução implementada não funcionou e que se devem encetar esforços para encontrar outra solução.-----

A conselheira Marta Rovira transmitiu as preocupações dos encarregados de educação do polo de Arganil, uma vez que este não dispõe do curso secundário de música, obrigando a ponderar sobre a continuidade dos estudos de música destes alunos. A presidente referiu que os polos foram criados para evitar deslocações a Coimbra por parte dos alunos para frequentar os cursos básicos mas que nunca foi criada expectativa de funcionamento do curso secundário. O diretor referiu que se trata de uma questão de escala, pois nos polos não é possível alcançar a escala em número de alunos no curso secundário suficiente para corresponder às mesmas oportunidades de aprendizagem previstas no projeto educativo. Conclui referindo que esta é a principal razão pedagógica para a não abertura de curso secundário de música nos polos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata e aprovada por unanimidade dos presentes, assinada por mim, David Miguel, que a secretariei e pela Presidente do Conselho Geral, Catarina Peixinho, dando-se por encerrada a reunião.-----

(Catarina Fernandes Peixinho de Cristo)

(David Miguel)